

Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA E A SUA CAPACIDADE PARA SUPORTAR AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE CAUSADA PELO “CORONAVIRUS” / “COVID-19” O RISCO DE RECESSÃO DA ECONOMIA E DE DISPARAR O DESEMPREGO

Portugal, como muitos outros países, está já a sofrer as consequências da epidemia que teve a sua origem a China. Não é primeira vez que isso acontece, e certamente não será a última. Embora no nosso país o número conhecido divulgado pelo governo de infetados confirmados é ainda baixo, mas ele está a aumentar rapidamente, não exponencialmente como tem sido afirmado nos media pois, se fosse verdade, o seu número já seria de milhares de milhares. Para concluir isso basta fazer cálculos: suponha-se 200 casos confirmados no 1º dia, se estivessem a aumentar exponencialmente ao fim do 2º dia teriam de ser, 40.000; no 3º dia 8 milhões; no 4º dia 1,6 biliões e assim sucessivamente, o que é impossível, pois é muitas vezes superior à população portuguesa. É preciso utilizar as palavras com precisão, nomeadamente em momentos como estes e quando são altos responsáveis do governo. Também não estamos numa luta pela sobrevivência como nação como já foi dito, mas sim contra um vírus, que ainda não se tem uma vacina, mas que certamente a ciência a descobrirá. É uma questão apenas de tempo.

Neste momento, certamente difícil e de insegurança generalizada é importante não semear o pânico e o medo, com afirmações não verdadeiras (*o pior que nos podia acontecer nesta altura é gerar aquilo que, nos mercados financeiros em momento de crise, se designa por “estouro da manada” que destrói tudo, mesmo o que, com um pouco de racionalidade, podia ser evitado*) e também falar com serenidade e verdade mesmo que a verdade seja dura e tomar as medidas adequadas (*não dizer que se tem 2000 camas disponíveis, quando poucos antes desta crise as camas com doentes enchem os corredores dos hospitais precisamente por não existirem camas, ou afirmar que está tudo organizado quando uma simples linha SNS24 não responde às necessidades*). Dentro deste espírito de falar sempre verdade, vital em momentos como este, é importante conhecer o estado real da nossa economia e avaliar a sua capacidade para suportar as consequências da crise, cujos efeitos são já visíveis, e qual é o seu limite (*o que se pode exigir dela*) pois, caso contrário, corre-se o risco de centenas de empresas, e de milhares de empregos e de rendimentos serem definitivamente destruídos. Se as empresas pararem de funcionar (*por ex. se todos os supermercados fecharem e as grandes empresas encerrarem*) e a economia entrar em colapso então sim estará em risco a nossa sobrevivência. Em momentos como estes é vital cada um de nós ter a cabeça fria e agir racionalmente porque o medo e o pânico podem-se instalar devido ao “massacre” da comunicação social (*de manhã até à noite só se fala do COVID-19*), e o medo e o pânico são sempre maus conselheiros.

INVESTIMENTO INSUFICIENTE TANTO PRIVADO COMO PÚBLICO NOS ÚLTIMOS ANOS PARA COMPENSAR O “CONSUMIDO” FRAGILIZOU ENORMEMENTE A ECONOMIA PORTUGUESA

Esta é uma matéria para a qual temos chamado frequentemente a atenção nos últimos anos com base em dados oficiais do INE, mas só muito recentemente alguns acordaram para ela. No momento difícil que o país enfrenta é importante recordar este facto, que é dramático, mas que é a realidade que temos de enfrentar e ter sempre presente pois é necessário manter a economia a todo o custo a funcionar. O quadro 1 (dados do INE) mostra o que sucedeu nos últimos anos, a nível de investimento público.

ANOS	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)- Milhões €	Consumo de capital fixo (CCF)-Milhões €	SALDO (FBCF-CCF) Milhões €
2008	6 651	4 692	1 959
2009	7 205	4 740	2 465
2010	9 479	4 967	4 512
2011	6 139	5 130	1 009
2012	4 158	5 141	-983
2013	3 701	4 981	-1 280
2014	3 446	4 995	-1 548
2015	4 045	5 126	-1 080
2016	2 875	5 123	-2 248
2017	3 496	5 236	-1 740
2018	3 795	5 340	-1 545
2008-2018	54 992	55 472	-480
2012-2018	25 518	35 942	-10 424
2015-2018	14 212	20 825	-6 613

FONTE: Principais agregados das Administrações Públicas - INE -2019

Como revela o INE, a partir de 2012 os governos começaram a desinvestir nas Administrações Públicas. O investimento público (FBCF) nem foi suficiente para compensar a destruição causada pelo envelhecimento ou obsolescência ou desatualização dos equipamentos existentes (CCF). No período 2012/2018, o investimento realizado foi inferior ao destruído em 10.424 milhões €. Mas o campeão do desinvestimento público foram Costa/Centeno. No período 2015/2018 (*apenas 4 anos*) o desinvestimento público atingiu 6.613 milhões €, o que causou uma profunda degradação dos equipamentos públicos, de que o SNS é apenas um exemplo. Mas foi também desta forma que Centeno reduziu o défice, não preparando o país para crises como aquelas que enfrentamos atualmente, mas António Costa e Centeno “brilharam” em Bruxelas.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 1

Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Situação semelhante se verificou a nível de toda a economia como mostram os dados do quadro 2 (INE)

Quadro 2- FBCF (investimento) e CONSUMO DE CAPITAL (desinvestimento) em Portugal -2008/2018			
ANO	Formação bruta de capital Fixo (FBCF) - Milhões €	Consumo de Capital Fixo (CCF) - Milhões €	SALDO (FBCF-CCF) Milhões €
2008	40 929	29 523	11 406
2009	37 191	29 720	7 471
2010	36 953	30 496	6 457
2011	32 437	30 986	1 451
2012	26 631	30 168	-3 537
2013	25 150	29 630	-4 480
2014	26 013	30 215	-4 202
2015	27 886	30 986	-3 099
2016	28 893	32 137	-3 244
2017	32 888	33 853	-966
2018	35 841	35 522	319
2008-2018	350 813	343 236	7 578
2012-2018	203 303	222 511	-19 208
2015-2018	125 509	132 498	-6 989

FONTE: CNAP - INE - 2019 , 2020

O desinvestimento a nível de todo o país foi também muito grande no período 2012/2018. Neste período, a Formação Bruta de Capital Fixo (*investimento*) foi inferior ao Consumo de Capital Fixo (*desinvestimento causado pelo uso ou pela obsolescência*) em 19.208 milhões €. O mesmo sucedeu durante o governo de Costa/Centeno já que no período 2015-2018 o saldo foi negativo foi de 6.989 milhões €, verificando-se uma pequena recuperação em 2018. De 2019, o INE ainda não divulgou dados. Portanto, nestes períodos foi destruída uma parcela importante do aparelho produtivo nacional que não foi renovada enfraquecendo a economia para enfrentar crises.

Como consequência do desinvestimento verificado no nosso país o stock de capital fixo por trabalhador em Portugal diminuiu como revelam os dados da Comissão Europeia (Quadro 3).

Quadro 3- Stock líquido de Capital por empregado - 1000€ a preços de 2015			
ANO	União Europeia (U.E.)	Portugal	PT % U.E.
2008	176	108	61,1%
2009	182	112	61,8%
2010	185	115	62,2%
2011	187	118	62,9%
2012	189	122	64,4%
2013	191	125	65,1%
2014	191	122	63,8%
2015	191	120	62,7%
2016	190	117	61,5%
2017	190	113	59,5%
2018	189	111	58,5%
2019	190	110	57,9%
2008-2019	7,9%	2,1%	-5,3%
2012-2019	0,3%	-9,9%	-10,1%
2015-2019	-0,3%	-8,0%	-7,8%

FONTE: AMECO- Base de dados da Comissão Europeia

Entre 2012-2019 o stock líquido de Capital Fixo por trabalhador diminuiu -9,9% em Portugal enquanto na U.E. aumentou em +0,3%. E se considerarmos o período 2015/2019, a redução por trabalhador atingiu 8% em Portugal. Entre 2008 e 2019 a percentagem que o stock de capital líquido por trabalhador em Portugal representa do da média da U.E. reduziu-se de 61,1% para 57,9%. Como é evidente isto teve consequências negativas na produtividade por trabalhador em Portugal. É com esta economia extremamente fragilizada por insuficiência de investimento, consequência da obsessão em reduzir o défice dos governos PSD/CDS e PS, que o país terá de enfrentar a crise do "coronavirus". É esta a realidade que temos e com a qual seremos obrigados a lidar. Uma economia debilitada por uma política de obsessão do défice que a destruiu e não a preparou para o futuro e para crises como é aquela que enfrentaremos. Mas é fundamental mantê-la em funcionamento pois caso contrário o futuro será muito difícil para os portugueses.

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 2

Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DOS ÚLTIMOS ANOS NÃO É SUSTENTAVEL PORQUE NÃO ASSENTOU NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DEVIDO À FALTA DE INVESTIMENTO

Segundo o INE, o PIB em Portugal aumentou, em volume a preços constantes de 2016, 2% em 2016; 3,5% em 2017; 2,6% em 2018 e 2,2% em 2019. No entanto, esse aumento não foi obtido, devido à falta de investimento, através do aumento da produtividade por trabalhador, mas sim por meio do emprego de mais trabalhadores, como revelam os dados do INE do quadro 4.

ANO	PIB a preços de 2016 por trabalhador remunerado	Variação anual
2008	46 160 €	-0,3%
2009	45 803 €	-0,8%
2010	46 891 €	2,4%
2011	47 030 €	0,3%
2012	47 380 €	0,7%
2013	48 009 €	1,3%
2014	47 420 €	-1,2%
2015	47 157 €	-0,6%
2016	47 003 €	-0,3%
2017	46 944 €	-0,1%
2018	46 835 €	-0,2%
2019	47 039 €	0,4%
2008/2019	1,9%	
2012/2019	-0,7%	
2015/2019	-0,2%	

FONTE: Contas Nacionais Anuais Provisórias - INE - 2020

A produtividade aparente do trabalho (a que se obtém dividindo o PIB de cada ano pelo número de trabalhadores desse ano) diminuiu, entre 2012 e 2019, em -0,7%; e, entre 2015 e 2019 em -0,2% (praticamente não aumentou) devido à insuficiência de investimento e de inovação. O aumento do PIB real foi conseguido à custa do emprego de mais trabalhadores (entre 2015 e 2019 aumentou em 426,7 mil), o que teve de positivo a diminuição do desemprego, mas é um crescimento económico não sustentável porque não foi conseguido por meio do aumento da produtividade, até porque a riqueza produzida por trabalhador não aumentou, e chega-se a uma altura em que impossível incorporar mais trabalhadores. É evidente que crescimento alcançado desta forma é extremamente frágil, e é muito sensível a uma crise como a causada pelo "coronavírus".

PORTUGAL É UM PAIS COM UMA ECONOMIA ABERTA MUITO DEPENDENTE DO EXTERIOR

A economia portuguesa está também muito dependente do exterior e, portanto, muito vulnerável ao que acontece nos outros países como revelam os dados do INE do quadro 5

Quadro 5 - Percentagem que as exportações e as importações representam em relação ao PIB, e que os serviços representam nas exportações totais do país

Anos	Exportações+Importações bens e Serviços Milhões €	Exportações Serviços Milhões €	PIB a preços de mercado Milhões €	(Exportações+Importações) % do PIB	Serviços % das Exportações Totais	Exportação de Serviços % do PIB
2008	122 082,8	16 996,7	179 102,8	68,2%	30,4%	9,5%
2009	110 183,3	15 871,3	175 416,4	62,8%	31,6%	9,0%
2010	119 486,0	16 608,3	179 610,8	66,5%	30,3%	9,2%
2011	119 266,7	17 416,8	176 096,2	67,7%	29,7%	9,9%
2012	117 266,9	17 728,1	168 295,6	69,7%	29,3%	10,5%
2013	124 279,7	19 492,7	170 492,3	72,9%	30,1%	11,4%
2014	131 780,1	20 343,1	173 053,7	76,1%	30,1%	11,8%
2015	141 179,7	21 336,0	179 713,2	78,6%	29,7%	11,9%
2016	147 838,4	22 361,4	186 489,8	79,3%	29,8%	12,0%
2017	160 044,1	25 434,8	195 947,2	81,7%	31,3%	13,0%
2018	168 218,6	27 033,0	204 304,8	82,3%	31,8%	13,2%
2019	175 732,5	28 069,3	212 253,9	82,8%	31,8%	13,2%

FONTE : Contas Nacionais Anuais Provisórias - 2019 - INE

Entre 2008 e 2019, a percentagem que a soma das importações mais exportações representam em relação ao valor do PIB aumentou de 68,2% para 82,8%, o que significa que aumentou significativamente a dependência da economia portuguesa em relação ao exterior, estando assim fortemente vulnerável ao que acontece nos outros países. E a vulnerabilidade é ainda maior, se tiver presente que, em 2019, 31,8% das exportações portuguesas foram serviços, e a grande maioria é constituída por receitas do turismo (18.431 milhões € em 2019). E o turismo, e todas as empresas e trabalhadores ligados a ele (companhias aéreas, hotéis, restauração, alojamento, indústrias de lazer, etc.), é um dos setores mais afetados pela crise do "coronavírus".

Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 3

Se quiser receber estes estudos gratuitamente envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

PORTUGAL TEM UM ESTADO ENDIVIDADO E UMA BANCA QUE INCORPORA ELEVADO RISCO

O quadro 6, com dados divulgados pelo Banco de Portugal, revela o crescente endividamento do Estado mesmo com o governo Costa/Centeno, e as suas principais fontes de financiamento.

Quadro 6 - Dívida total das Administrações Públicas, dívida na ótica de Maastricht e seu financiamento				
ANOS	Dívida das Administrações Públicas Total Milhões €	Dívida da Administração Pública na ótica de Maastricht deduzida de depósitos da Ad. Central Milhões €	Dívida da Administração Pública financiada pelo exterior Milhões €	Dívida da Administração financiada pelo setor financeiros (bancos em Portugal) Milhões €
Dez. 2009	158 591	138 111	105 238	23 943
Dez. 2011	214 378	170 904	122 930	50 253
Dez. 2015	291 310	217 556	153 995	57 994
Dez. 2019	310 114	249 740	129 163	83 888
VARIACÃO DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS SEGUNDO OS GOVERNOS - Milhões €				
Socrates (2009/2011)	55 787	32 793	17 692	26 310
Passos Coelho/Paulo Portas (2011/2015)	76 932	46 652	31 065	7 741
Costa/Centeno (2015/2019)	18 804	32 184	-24 832	25 894

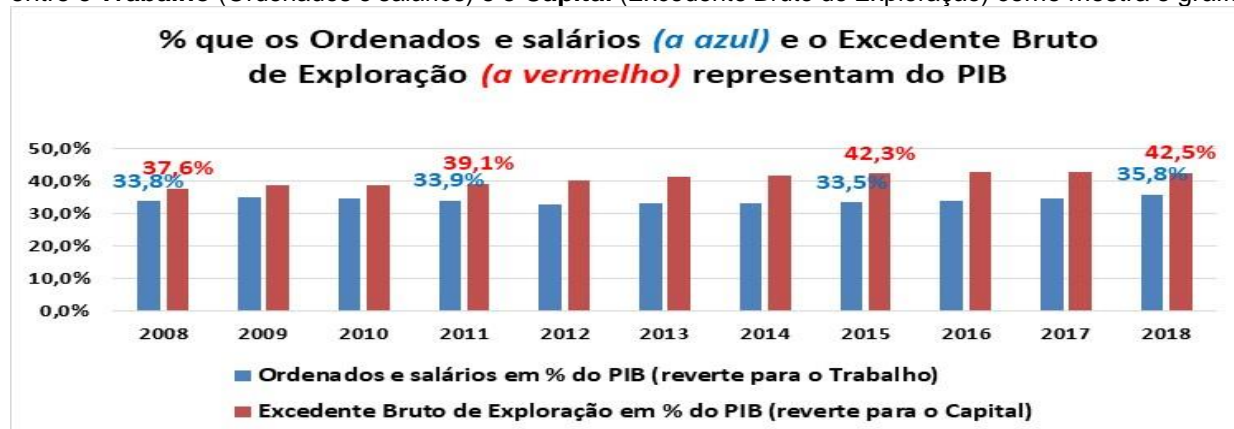
FONTE : Boletim Estatístico - Banco de Portugal

Contrariamente ao que muitas vezes se pensa ou se afirma, criando assim uma falsa ideia da situação real, a dívida do Estado (Administração Central) aumentou também com governo de António Costa/Centeno apesar da enorme destruição imposta às Administrações Públicas devido à redução drástica do investimento público. Entre 2009 e 2011, a dívida das Administrações Públicas na ótica de Maastricht (*a que a Comissão Europeia controla, que não inclui a totalidade da dívida como se conclui do quadro 6*) aumentou, entre 2009 e 2011 (*governo de Sócrates*), em 32.793 milhões €; entre 2011 e 2015 (*governo de Passos Coelho/Paulo Portas*) em 46.652 milhões €; e, entre 2015 e 2019 (*governo de António Costa/Centeno*) em 32.184 milhões €. Devido à sua dimensão, basta um aumento da taxa de juro de 1% para 2% para os encargos com a dívida aumentarem 3.101 milhões € em relação à dívida total das Administrações Públicas e em 2.497 milhões € na dívida na ótica de Maastricht, estes suportados pelo Orçamento do Estado. E as taxas da dívida pública, mesmo da portuguesa, já começaram a subir.

Mas o risco a nível da dívida pública resultante da atual crise causada pelo “*coronavírus*” não é apenas o referido anteriormente. Os dados do quadro 6 também mostram que o Estado tem-se financiado fundamentalmente na banca que opera em Portugal. Por ex. entre 2015 e 2019, com o governo de António Costa/Centeno, a aplicação dos bancos em dívida pública aumentou em 25.894 milhões € (*substituiu-se dívida externa por dívida à banca*), tendo atingido a dívida do Estado à banca 83.888 mil no fim de 2019. Por ex. CGD tem aplicado cerca de 20% do seu Ativo Total em títulos e o Banco Montepio 17%, sendo uma parte significativa em dívida pública portuguesa. Qualquer aumento da taxa de juro da dívida pública determinará elevadas menos-valias (prejuízos) para a banca. E a acontecer isso o país enfrentará os efeitos da banca já conhecidos.

UM PAÍS MUITO DESIGUAL NA REPARTIÇÃO DA RIQUEZA E O RISCO DO DESEMPREGO DISPARAR

A juntar ao que foi há ainda uma repartição muito desigual da riqueza criada anualmente no país (PIB) entre o **Trabalho** (Ordenados e salários) e o **Capital** (Excedente Bruto de Exploração) como mostra o gráfico



É este país com uma economia frágil, com um Estado fortemente endividado e com uma grande desigualdade na repartição da riqueza entre **Capital** e **Trabalho** que temos para enfrentar a crise. Manter a economia em funcionamento, evitar a destruição de centenas de empresas e de centenas de milhares de postos de trabalho como aconteceu em 2015 (*no 1ºT-2015 o desemprego real atingiu 1,2 milhões de portugueses, embora o desemprego oficial fosse de 712,9 mil pois não incluía os inativos disponíveis, representando uma taxa de desemprego de 22,4%*) é também vital para vencer esta crise, até porque não sabemos a sua duração, mas os efeitos desta crise para a vida dos portugueses poderão ser mais devastadores do que os da crise 2008/2015. **Em vários setores a quebra nas vendas é elevada e muitas empresas já começaram a ter problemas de liquidez e a despedir trabalhadores. Se a recessão atingir a economia o desemprego disparará e rapidamente se alcançará uma taxa de desemprego de 22% como sucedeu em 2015.** Eugénio Rosa – edr2@netcabo.pt – 15-3-2020
Eugénio Rosa – economista – mais estudos disponíveis em www.eugeniorosa.com pág. 4